

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

**NOTA
TÉCNICA** | **24**

SITUAÇÃO DOS DOMICÍLIOS E INFRAESTRUTURA URBANA

Indicadores Socioeconômicos do Espírito Santo / PNAD 2001 a 2009

Antônio Ricardo Freislebem da Rocha
Coordenação de Economia do Setor Público e do Bem-Estar

Adilson Pereira de Oliveira Jr.
Coordenação de Estudos Urbanos e Regionais

Latussa Laranja Monteiro
Coordenação de Estudos Urbanos e Regionais

Magnus William de Castro
Coordenador de Economia do Setor Público e do Bem-Estar

Ana Paula Santos Sampaio
Coordenadora de Estudos Sociais

Luis André Ribeiro Zardo
Coordenação de Estudos Sociais

Sumário

Apresentação.....	04
1. Introdução.....	05
2. Domicílios.....	07
3. Saneamento Básico.....	11
4. Iluminação Elétrica, Serviços de Telefonia, Internet e Eletrodomésticos.....	18
5. Considerações Finais.....	26
6. Referências Bibliográficas.....	27

Lista de Figuras

Figura 01 - Determinação das classes sociais segundo renda domiciliar – Espírito Santo, 2001 e 2009.....	06
Figura 02 - Evolução domiciliar – Espírito Santo, 2001 e 2009.....	08
Figura 03 - Condição de ocupação do domicílio – Espírito Santo, 2001 a 2009.....	08
Figura 04 - Condição de ocupação do domicílio por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009.....	09
Figura 05 - Tipo de domicílio – Espírito Santo, 2001 a 2009.....	09
Figura 06 - Tipo de domicílio por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009.....	10
Figura 07 - Abastecimento de água – Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009.....	12
Figura 08 - Abastecimento de água por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009.....	12
Figura 09 - Abastecimento de água – Espírito Santo, 2001 a 2009.....	13
Figura 10 - Acesso à rede coletora de esgoto – Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009.....	13
Figura 11 - Acesso à rede coletora de esgoto – Espírito Santo, 2001 a 2009.....	14
Figura 12 - Acesso à rede coletora de esgoto por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009.....	14
Figura 13 - Domicílios com esgotamento sanitário adequado – Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009.....	15
Figura 14 - Domicílios com esgotamento sanitário adequado por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009.....	15
Figura 15 - Domicílios por tipo de esgotamento sanitário inadequado – Espírito Santo, 2001 e 2009.....	16
Figura 16 - Domicílios com coleta de lixo – Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009.....	16
Figura 17 - Domicílios com coleta de lixo – Espírito Santo, 2001 a 2009.....	17

Figura 18 - Domicílios com esgotamento sanitário adequado por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009.....	17
Figura 19 - Domicílios com acesso a iluminação elétrica – Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009.....	18
Figura 20 - Domicílios com acesso a iluminação elétrica por situação do domicílio – Espírito Santo, 2001 a 2009.....	19
Figura 21 - Domicílios com acesso a iluminação elétrica por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009.....	19
Figura 22 - Domicílios com acesso a serviços de telefonia – Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009.....	20
Figura 23 - Domicílios com acesso a serviços de telefonia por situação do domicílio – Espírito Santo, 2001 a 2009.....	20
Figura 24 - Domicílios com acesso a serviços de telefonia por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009.....	21
Figura 25 - Domicílios por acesso a computador e à internet – Espírito Santo, 2001 a 2009.....	22
Figura 26 - Domicílios por acesso a computador e à internet, por situação do domicílio – Espírito Santo, 2001 a 2009.....	22
Figura 27 - Domicílios por acesso a computador e à internet por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009.....	23
Figura 28 - Domicílios com acesso a máquina de lavar e televisão – Espírito Santo, 2001 a 2009.....	24
Figura 29 - Domicílios com acesso a máquina de lavar e televisão por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009.....	24
Figura 30 - Domicílios com acesso a geladeira e freezer – Espírito Santo 2001 a 2009.....	25
Figura 31 - Domicílios com acesso a geladeira e freezer por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009.....	25

Apresentação

O Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN tem a finalidade de produzir conhecimento social, econômico e territorial sobre o Estado do Espírito Santo para subsidiar os gestores públicos na formulação e na avaliação de políticas públicas.

Neste ano, o IJSN divulga uma série de quatro Notas Técnicas sob o título "PNAD 2009 - Indicadores Socioeconômicos do Espírito Santo", que discutirão a evolução dos indicadores socioeconômicos referentes ao Estado no período de 2001 a 2009.

Esta série de Notas Técnicas abordará áreas como educação, e mercado de trabalho, além de tratar de demografia e arranjos familiares, situação dos domicílios, renda e desigualdade e classes sociais.

1. INTRODUÇÃO

Implantado no Brasil desde 1967, ano em que foi criada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), o sistema de pesquisas domiciliares tem por objetivo monitorar a situação sócio-econômica da população brasileira a partir da aplicação de questionários amostrais que buscam retratar diversas características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação, trazendo ainda informações periódicas quanto à migração, nupcialidade, fecundidade, saúde, nutrição, dentre outros temas relevantes para o país.

Elemento que retrata as desigualdades sociais no país e que indica ou não a melhoria na qualidade de vida de sua população, a situação dos domicílios é um dos pilares de investigação do IBGE, tanto no Recenseamento decenal como na PNAD, exprimindo de forma detalhada as condições de habitação dos brasileiros.

Esta nota aborda a situação dos domicílios particulares permanentes, no período de 2001 a 2009, com relação à oferta de serviços e presença de bens duráveis.

Conhecer a situação da infraestrutura básica é crucial para estabelecer metas no desenho de políticas públicas que visem o enfrentamento das necessidades habitacionais referentes à inadequação das moradias existentes, como infraestruturação de áreas ocupadas e políticas de regularização fundiária, por exemplo. Alinhar parte da necessidade habitacional à carência de infraestrutura é admitir metodologicamente que esse “urbano” tem diferentes níveis de serviço, uma vez que reproduz espacialmente as desigualdades sociais.

Segundo o IBGE, mais de 80% da população brasileira é urbana. Mas numa mesma área urbana há porções servidas de toda infraestrutura, normalmente ocupadas por populações de mais alta renda, e áreas ocupadas pelos demais, desprovidas dos serviços de iluminação elétrica e saneamento básico (rede geral de abastecimento de água com canalização interna, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo). Segundo a metodologia da Fundação João Pinheiro¹, basta que o domicílio não seja atendido por um destes serviços básicos para ser considerado carente de infraestrutura.

Esta nota mostra também os dados sobre acesso a redes de telefonia e internet, esta última ligada à presença de computadores nos domicílios. Os fluxos nessas redes assumem papel relevante como meio de comunicação, integração e trocas na sociedade contemporânea.

Completando o quadro, são trazidas informações sobre a presença de bens, como computador, máquina de lavar roupas, televisão, geladeira e freezer, mostrando a evolução no acesso a esses equipamentos nos domicílios de 2001 a 2009.

¹ A Fundação João Pinheiro desde 1995 calcula o quadro de necessidades habitacionais do país a partir de duas categorias, inadequação de moradias e déficit habitacional, sendo referência no meio acadêmico e governamental, e utilizada por União, Estados e Municípios na definição de políticas públicas para o setor habitacional.

A crescente presença de bens duráveis pode indicar um dos efeitos do aumento de renda da população, associado à estabilidade econômica e à ampliação do crédito, podendo ser observada inclusive com referência às diferentes classes sociais em 2001 e 2009.

Para tentar captar se houve ou não uma democratização no acesso aos serviços de infra-estrutura básica e a determinados bens de consumo, faremos também uma comparação quanto à evolução deste acesso entre as diversas faixas de renda domiciliar (Figura 1), divididas, de acordo com a metodologia de Neri (2008) e Rocha (2000).

Figura 1 - Determinação das classes sociais segundo renda domiciliar – Espírito Santo, 2001 e 2009

		Faixa de renda domiciliar per capita	
		2001	2009
Classes sociais	Pobres	Menor que R\$91,48 na zona urbana e R\$78,07 na zona rural	Menor que R\$157,56 na zona urbana e R\$134,47 na zona rural
	Remediados	Entre R\$ 91,48 e R\$ 172,39 na zona urbana e R\$ 78,07 e R\$ 156,86 na zona rural	Entre R\$ 157,56 e R\$ 296,94 na zona urbana e R\$ 134,47 e R\$ 270,20 na zona rural
	Média	Entre R\$ 172,39 e R\$ 743,21 na zona urbana e R\$ 156,86 e R\$ 676,26 na zona rural	Entre R\$ 296,94 e R\$ 1.280,15 na zona urbana e R\$ 270,20 e R\$ 1.164,85 na zona rural
	Elite	Maior que R\$743,21 na zona urbana e R\$676,26 na zona rural	Maior que R\$1.280,15 na zona urbana e R\$1.164,85 na zona rural

Fonte: Pnad (2001-2009)/IBGE.

Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar/IJSN.

2. DOMICÍLIOS

O domicílio é uma das unidades de análise mais importantes quando se pretende traçar um perfil das condições de vida da população. Em sua conceituação, o IBGE adota os critérios de separação e independência, podendo o domicílio ser formado por um ou mais cômodos. O critério de separação é observado quando “o local de moradia é limitado por paredes, muros, cercas etc., coberto por um teto, e permite que seus moradores se isolem, arcando com parte ou todas as suas despesas de alimentação ou moradia” enquanto a independência ocorre quando “o local de moradia tem acesso direto, permitindo que seus moradores possam entrar e sair sem passar por local de moradia de outras pessoas” (IBGE, 2009, p.1).

Os domicílios particulares permanentes, alvo da presente análise, devem servir de habitação para uma ou mais pessoas, desde que essas mantenham um relacionamento “ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou, ainda, normas de convivência” e o domicílio esteja localizado “em casa, apartamento ou cômodo e destinado à moradia” (ibid. p.2).

A moradia pode ser considerada uma necessidade básica, como a alimentação e o vestuário, inclusive garantido pela Constituição como direitos fundamentais do cidadão. Em função disso, a questão da moradia deve ser entendida como um conjunto de elementos que se ligam ao saneamento básico, à infraestrutura urbana e aos serviços educacionais, de saúde e transporte.

As informações trazidas pela PNAD sobre o domicílio são fundamentais para se configurar as condições de habitação da população. Os dados caracterizam a estrutura física do domicílio; sua condição de ocupação; serviços de saneamento disponíveis; posse de bens duráveis; entre outros.

A PNAD 2009 revela a existência de cerca de 1 milhão (1.089.190) de domicílios particulares permanentes no Espírito Santo, o que representa um crescimento de 3% em relação a 2008. Quanto à distribuição dos domicílios por situação urbana e rural, o Espírito Santo atingiu uma taxa de urbanização de 83,16%.

A variação do número de domicílios (23,2%) por classe social mostra um crescimento mais elevado para a elite que saltou de 88.927 domicílios para 155.265 domicílios (74,6%). Entretanto, em valores absolutos, o maior crescimento ocorre para a classe média (235.293 domicílios). A única classe social que apresentou variação negativa foi a classe pobre (queda de 46,9% no número de domicílios) (Figura 2).

Figura 2 - Evolução domiciliar – Espírito Santo, 2001 e 2009

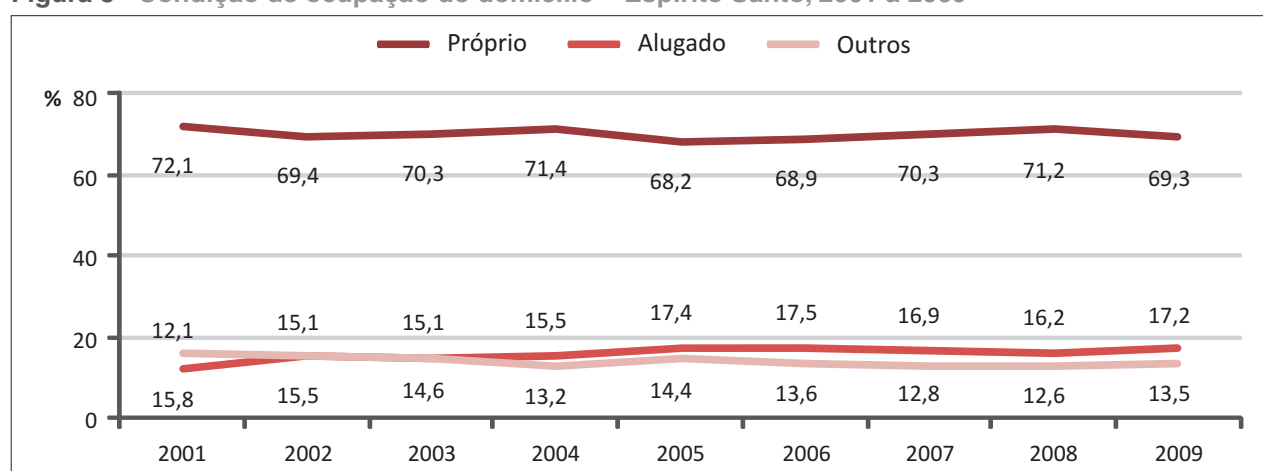
	2001				2009				Varição %
	Casa	Apto	Cômodo	Total	Casa	Apto	Cômodo	Total	nº domicílios
Pobre	227.790	14.971	-	242.761	115.861	12.664	469	128.994	-46,9
Remediado	171.066	23.137	907	195.110	186.692	25.798	-	212.490	8,9
Média	282.275	74.419	454	357.148	462.504	128.529	1.408	592.441	65,9
Elite	46.274	42.653	-	88.927	76.932	78.333	-	155.265	74,6
Total	727.405	155.180	1.361	883.946	841.989	245.324	1.877	1.089.190	23,2

Fonte: Pnad (2001-2009)/IBGE.

Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar/IJSN.

A distribuição dos domicílios segundo a condição de ocupação foi à seguinte: 69,3% próprios, 17,2% alugados e 13,5% cedidos ou outra condição (Figura 3). Percebe-se um aumento no percentual de domicílios alugados (1,4 p.p.) e uma concomitante diminuição de domicílios próprios (2,8 p.p.) entre 2001 e 2009. Tal variação é, no entanto, insignificante se considerarmos a margem de erro de uma pesquisa amostral.

Figura 3 - Condição de ocupação do domicílio – Espírito Santo, 2001 a 2009

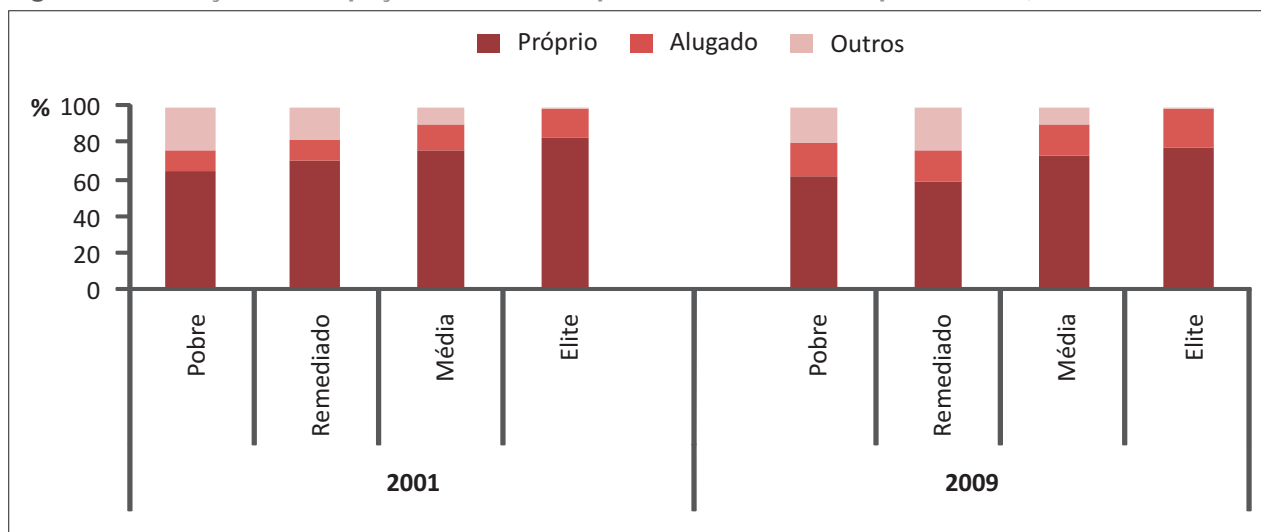


Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração: CES/IJSN.

No que se refere à evolução por classe social das condições de ocupação (Figura 4), também não houve grandes alterações em comparação ao ano de 2001. Os resultados mostram que, quanto maior a renda, maior a proporção de domicílios próprios. O número de domicílios alugados também cresceu em relação a 2001, em todas as classes sociais, com destaque para os pobres (10,5 % em 2001 e 19,3 % em 2009) o que representa um acréscimo de 80.586 domicílios.

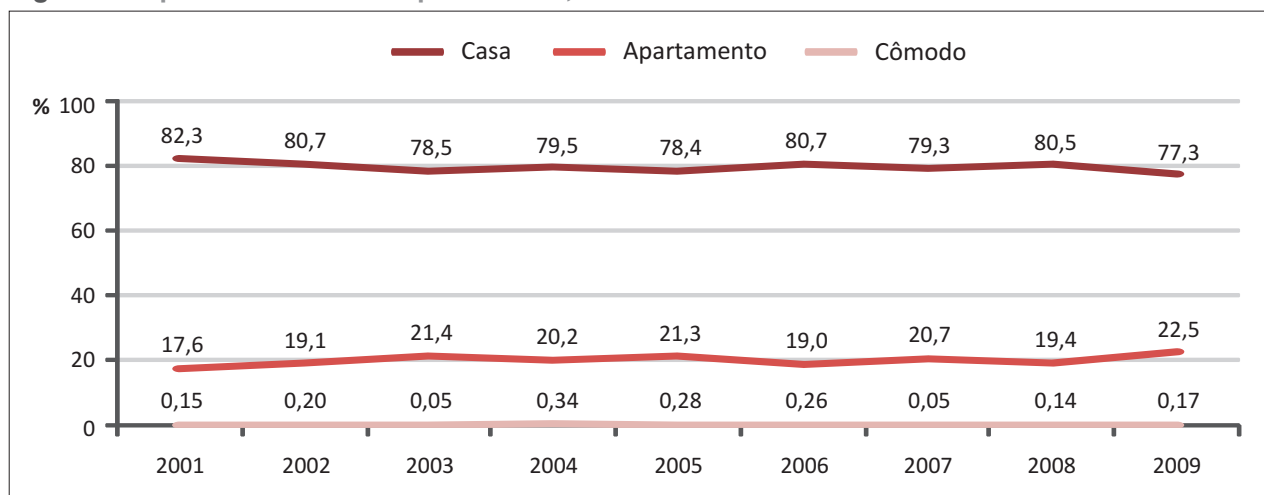
Figura 4 - Condição de ocupação do domicílio por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar/IJSN.

Em relação ao tipo de domicílio, para o Espírito Santo, 77,3% são constituídos de casas, seguido de apartamentos (22,5%). Neste caso, no entanto, há uma mudança mais substancial entre 2001 e 2009, com a porcentagem de domicílios tipo casa sendo reduzida em 5 p.p. em função do aumento em mesmo grau na quantidade de domicílios tipo apartamento (Figura 5).

Figura 5 - Tipo de domicílio – Espírito Santo, 2001 a 2009

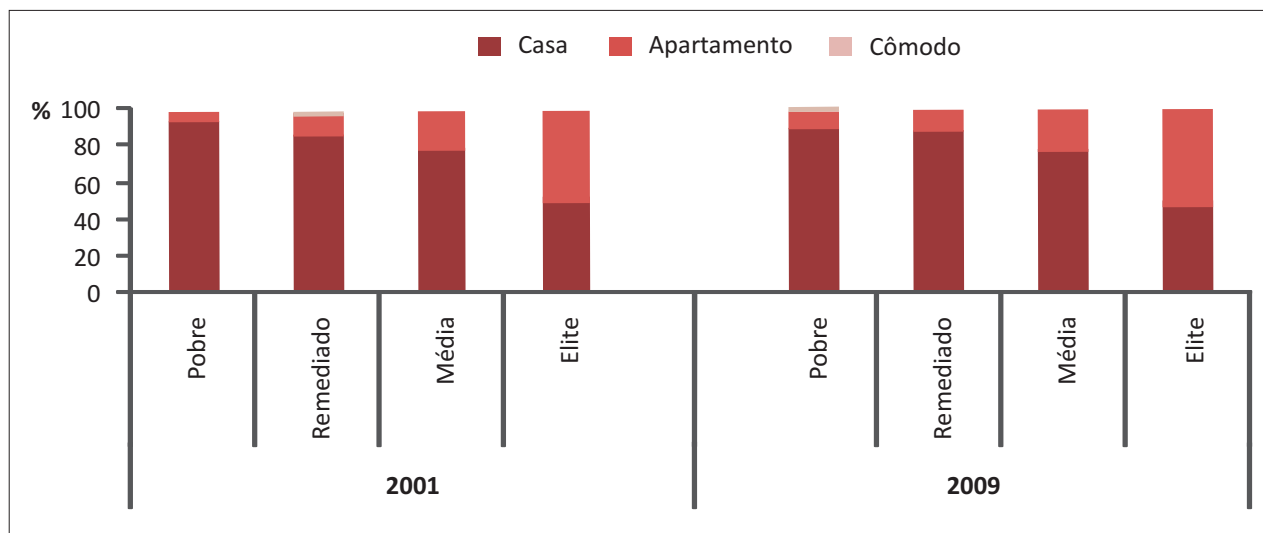


Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: CES/Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar/IJSN.

Se analisarmos o tipo de domicílio por classe social (Figura 6), praticamente não houve alteração em comparação ao ano de 2001, sendo os pobres, remediados e a classe média, predominantemente residentes em casas e a elite, dividida igualmente, entre casas e apartamentos. Há, no entanto, um pequeno aumento no percentual de pobres residindo em apartamentos. O número de

casas aumentou de 727.405 unidades em 2001 para 841.989 unidades em 2009 (15,8%) enquanto o número de apartamentos cresceu de 155.180 unidades para 245.324 (58,1%).

Figura 6 - Tipo de domicílio por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar/IJSN.

3. SANEAMENTO BÁSICO

De modo geral, o saneamento básico considera os sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotamento sanitário e de resíduos sólidos. A deficiência de saneamento básico em várias regiões brasileiras, em especial de tratamento do esgoto sanitário, impõe a grande número de pessoas, riscos de exposição, acarretando problemas de saúde, como as doenças relacionadas ao saneamento ambiental inadequado (DRSAI). Em 2008, segundo a síntese de indicadores de desenvolvimento sustentável do IBGE, no Brasil a cada 100 mil habitantes, 308,7 pessoas foram internadas por DRSAI, enquanto no Espírito Santo foram 225,2 pessoas a cada 100 mil habitantes (IBGE, 2008).

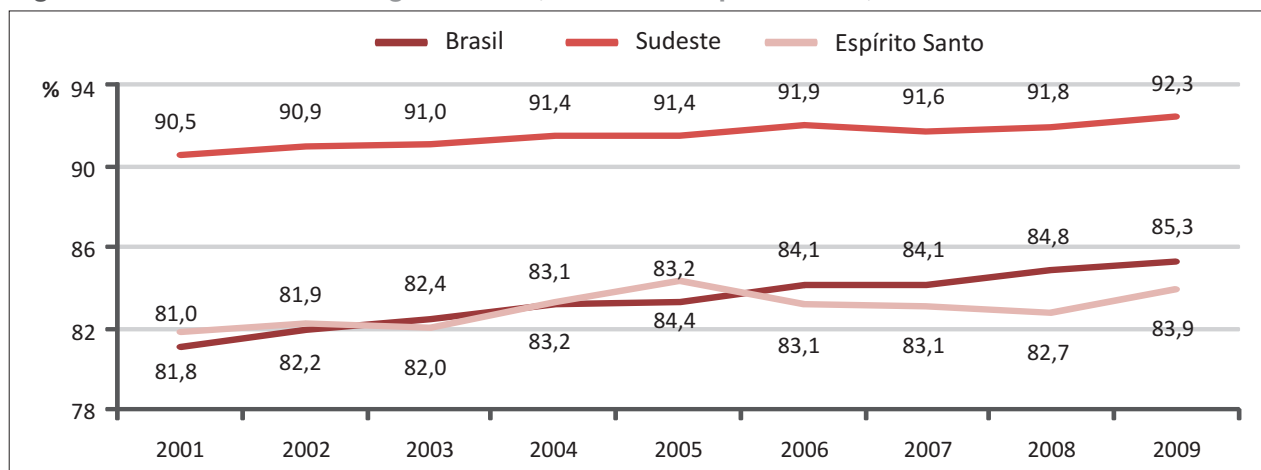
É possível afirmar que o saneamento básico constitui atividade estratégica para a melhoria da saúde pública. A ausência na coleta e tratamento do esgoto doméstico contribui para a contaminação do meio e para a proliferação de doenças, o que interfere na qualidade de vida das pessoas. Por se tratar essencialmente de uma questão de saúde pública, o acesso aos serviços de saneamento básico deve ser tratado como um direito do cidadão, fundamental para a melhoria de sua qualidade de vida (PEREIRA, 2003). É imprescindível que seja dada atenção a esse setor no planejamento urbano, principalmente em áreas em expansão.

Iniciativas como a Política Nacional de Resíduos Sólidos (2010), por exemplo, demonstram uma preocupação ambiental aliada à questão social. A Política prevê a introdução da responsabilidade compartilhada na legislação brasileira, envolvendo sociedade, empresas, prefeituras e governos estaduais e federal na gestão dos resíduos sólidos. E ainda, os municípios brasileiros só receberão dinheiro do governo federal para projetos de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos depois de aprovarem planos de gestão. A Política Nacional de Resíduos Sólidos proíbe a criação de “lixões”, onde os resíduos são lançados a céu aberto. Todas as prefeituras deverão construir aterros sanitários adequados ambientalmente, onde só poderão ser depositados os resíduos sem qualquer possibilidade de reaproveitamento.

Os dados da PNAD (2009) revelam aspectos importantes do saneamento básico no País. No Brasil, a proporção de domicílios com abastecimento de água aumentou entre os anos 2001 e 2009. Na Região Sudeste a proporção também cresceu durante esse período.

Apesar do concomitante aumento no Espírito Santo entre 2001 e 2005, quando o estado apresentou uma evolução inclusive superior à média nacional e regional, entre os anos 2005 e 2008 foi observada uma inversão dessa tendência com o estado apresentando uma queda no percentual de domicílios com abastecimento de água. Mesmo com o aumento verificado em 2009, com o estado apresentando 83,9% dos domicílios abastecidos com água, essa taxa mantém-se bem inferior à média da Região Sudeste e inferior inclusive à média nacional (Figura 7).

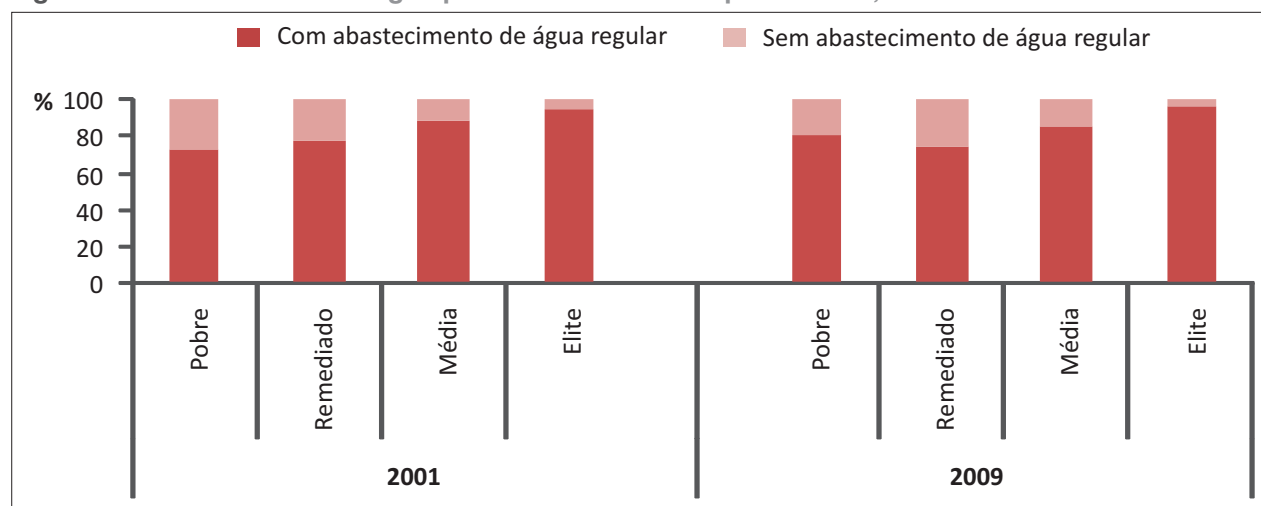
Figura 7 - Abastecimento de água – Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: CES/IJSN.

Quanto à evolução do abastecimento de água por classe social (Figura 8), percebe-se que a classe “pobre” foi a que apresentou maior evolução, saltando de 71,9% para 80,4% entre 2001 e 2009. Curiosamente, as classes “remediada” e “média” apresentaram um pequeno retrocesso no período analisado, decrescendo de 76,7% para 73,7%, no caso dos primeiros, e de 87,9% para 84,9%, no caso dos últimos, dos domicílios com abastecimento de água regular.

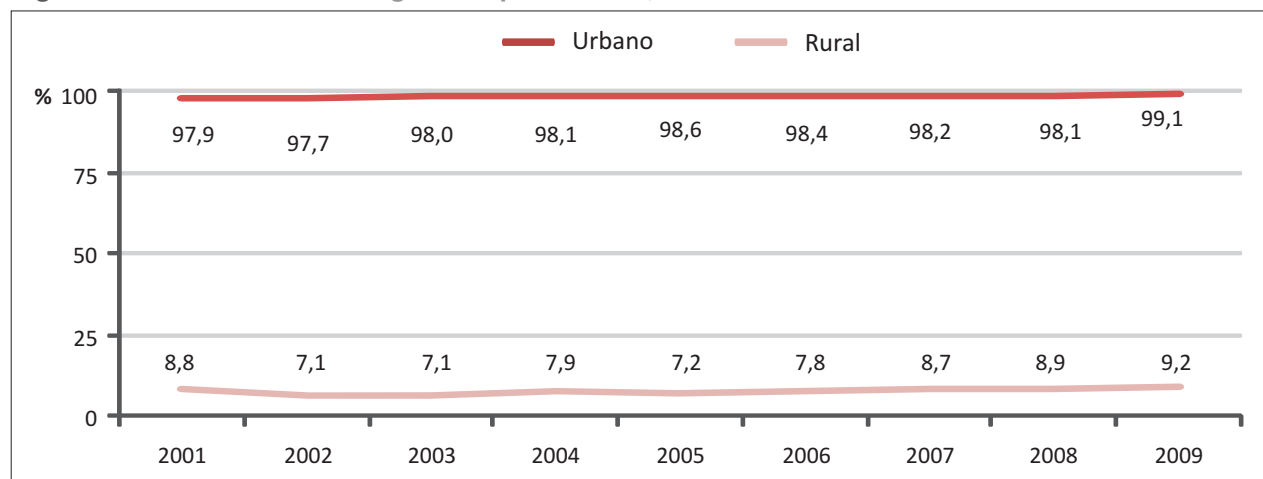
Figura 8 - Abastecimento de água por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar/IJSN.

Na zona urbana, a proporção de domicílios com abastecimento de água no estado alcançou 99,1% em 2009. Contudo, na zona rural a proporção em 2009 foi de 9,2%. Isso demonstra que no estado o abastecimento de água ainda se concentra nas áreas urbanas e que o quadro deficitário no Espírito Santo quanto ao abastecimento de água se encontra na zona rural (Figura 9). Também para os grandes municípios (acima de 100.000 habitantes) o percentual se destaca, alcançando 93,1% contra 71,3% dos pequenos municípios.

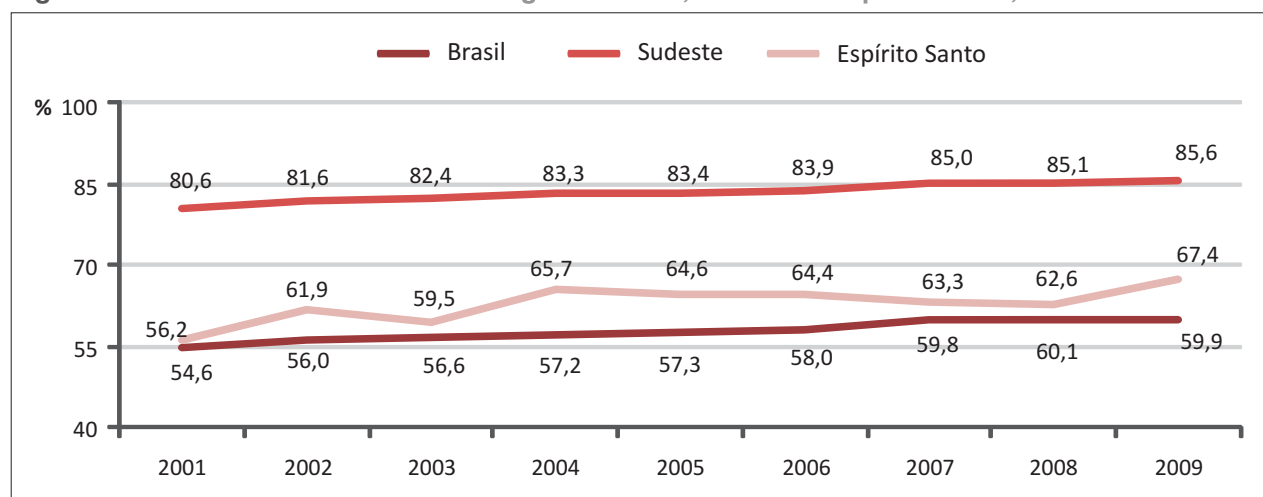
Figura 9 - Abastecimento de água – Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: CES/IJSN.

Em relação ao percentual de domicílios com acesso à rede coletora de esgoto, houve aumento no Espírito Santo, de 56,2% em 2001 para 67,4% em 2009. No tocante a esse serviço, que também é fundamental para a melhora do bem-estar da população, os dados revelam que o estado está acima da média nacional e abaixo da média da Região Sudeste, como pode ser observado na Figura 10.

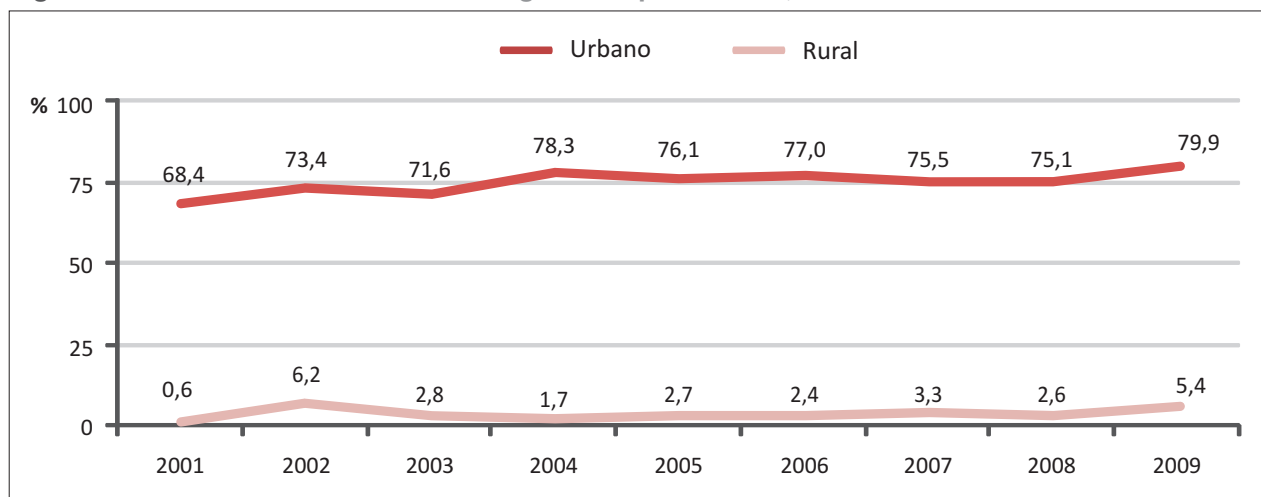
Figura 10 - Acesso à rede coletora de esgoto – Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: CES/IJSN.

No estado, tal como o de abastecimento de água (99,1%), o serviço de coleta de esgoto (79,9%) está concentrado na zona urbana (Figura 11), tendência também observada nas outras regiões brasileiras. Além disso, a concentração também é maior nos grandes municípios (77,2%) em desfavor dos pequenos municípios (53,8%) em 2009.

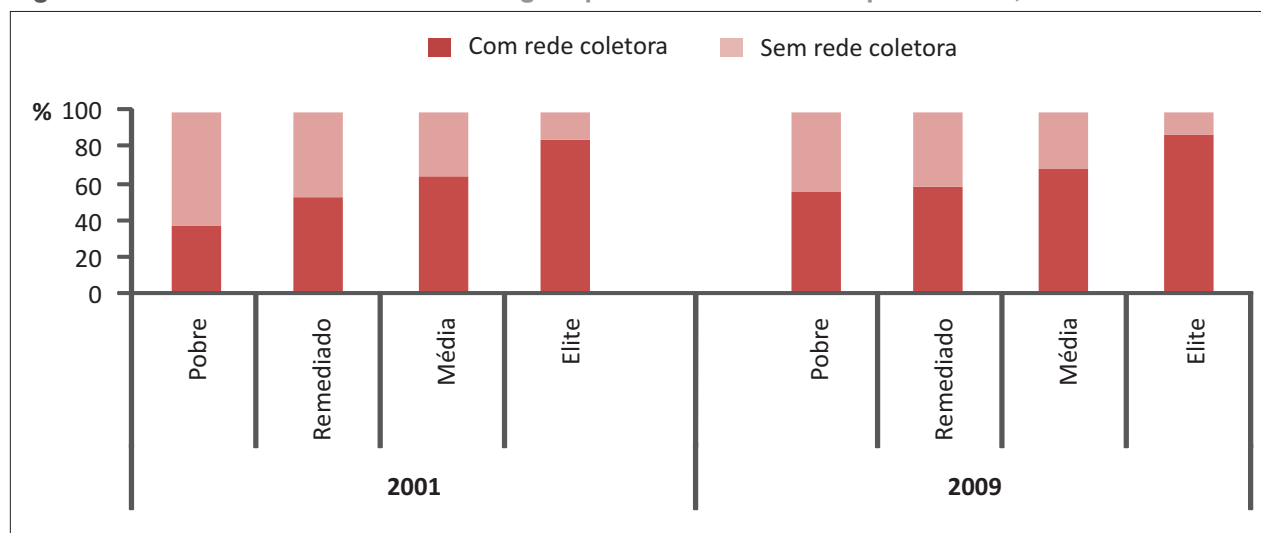
Figura 11 - Acesso à rede coletora de esgoto – Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: CES/IJSN.

As classes “pobre” e “remediada” foram as que apresentaram melhor evolução no acesso à rede coletora de esgoto no período analisado, saltando de 37,4% e 51,8% em 2001, para 54,9% e 58,5% dos domicílios em 2009, respectivamente (Figura 12).

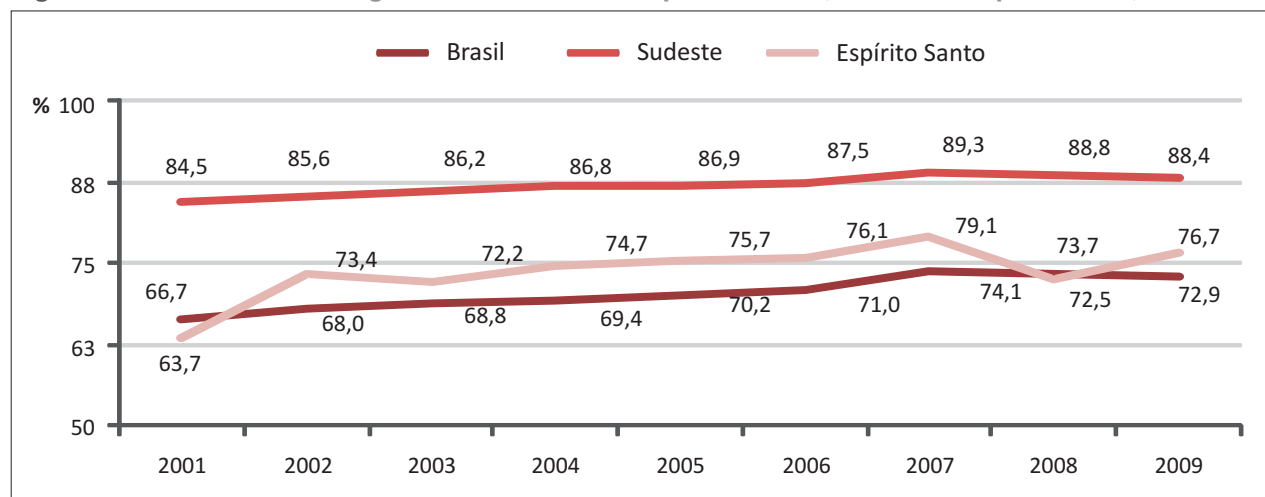
Figura 12 - Acesso à rede coletora de esgoto por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar/IJSN.

No Espírito Santo, o percentual de domicílios com esgotamento sanitário adequado (que inclui fossa séptica não ligada à rede coletora de esgoto ou pluvial), apesar de ter apresentado uma forte queda entre 2007 e 2008 (6,6 p.p.), aumentou de 72,5%, em 2008, para 76,7%, em 2009. No período entre 2001 e 2009, o estado acumulou uma substancial alta de 20,4%. No Brasil a alta acumulada nesse período foi de 9,3%, e na Região Sudeste de 4,6% (Figura 13).

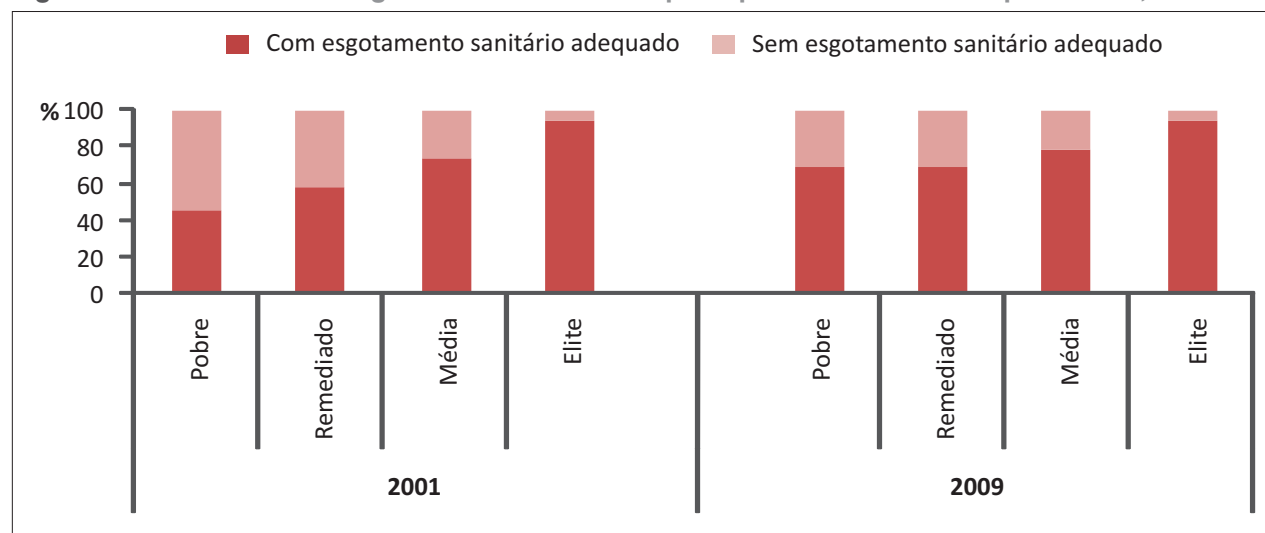
Figura 13 - Domicílios com esgotamento sanitário adequado – Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: CES/IJSN.

O esgotamento sanitário adequado também apresentou maior evolução entre os “pobres” e “remediados” (Figura 14). Enquanto os primeiros saltaram de 44,32% dos domicílios com esgotamento sanitário adequado em 2001 para 67,64% em 2009, os últimos evoluíram de 57,21% para 68,43%.

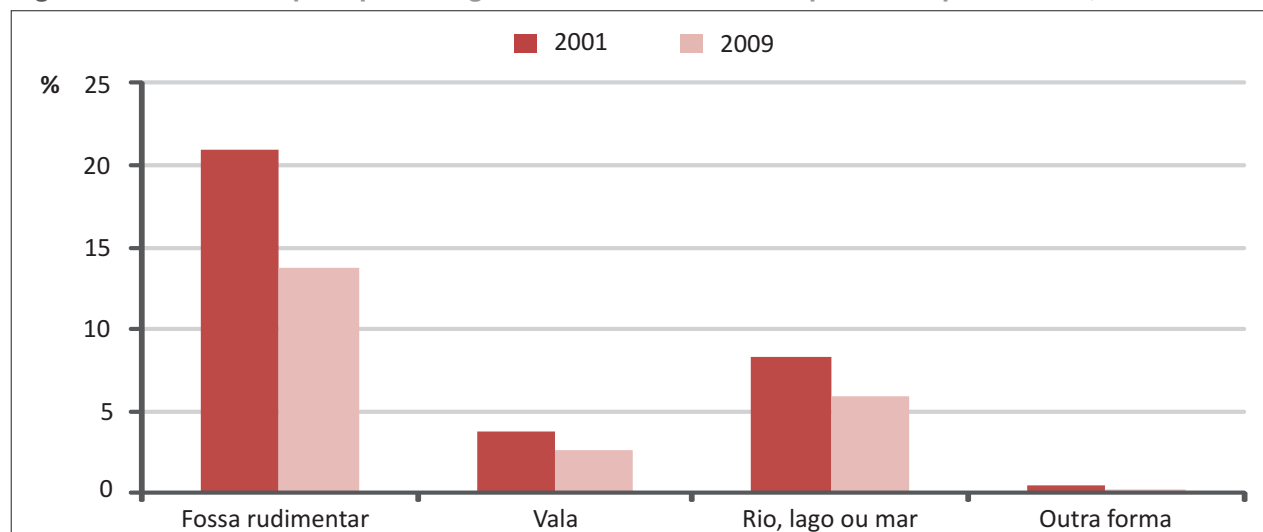
Figura 14 - Domicílios com esgotamento sanitário adequado por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar/IJSN.

No Espírito Santo de 2001 a 2009 houve uma redução de 33,3% no percentual de domicílios com esgotamento sanitário inadequado (Figura 15). A análise desses dados mostra-se estrategicamente importante para a responsabilidade ambiental, haja vista que o lançamento in natura do esgoto compromete os locais de despejo.

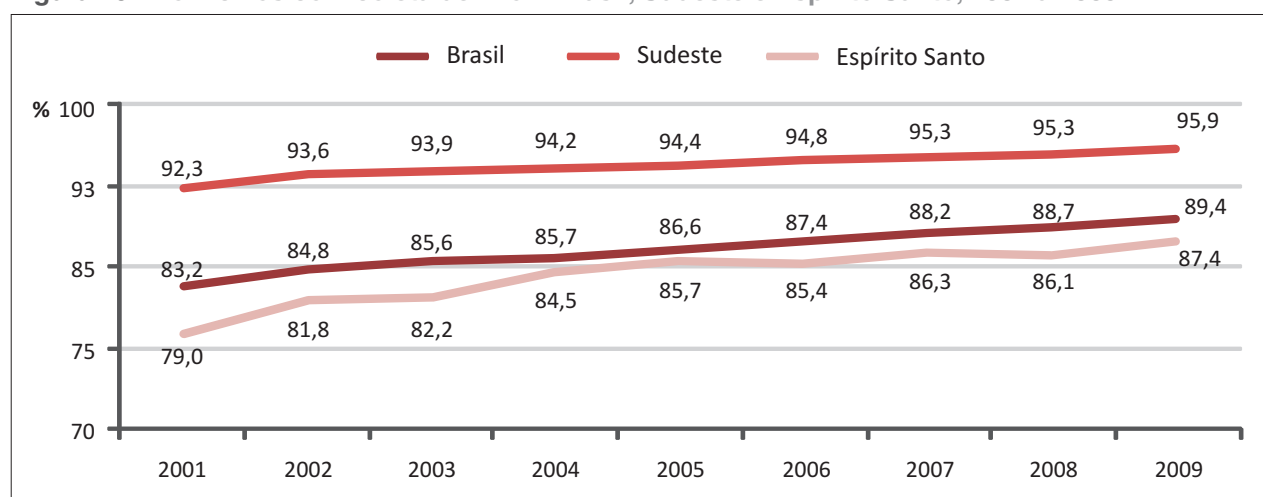
Figura 15 - Domicílios por tipo de esgotamento sanitário inadequado – Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: CES/IJSN.

No Brasil o serviço de coleta de lixo alcançou 89,4% em 2009. A coleta de lixo compõe junto com o abastecimento de água e o esgotamento sanitário os serviços públicos de saneamento, fundamentais para o bem-estar da população. Entretanto, é preciso ressaltar que na atual conjuntura a coleta do lixo não garante por si só a melhora da qualidade de vida. Nesse contexto, o destino do lixo assume importância estratégica no campo das políticas públicas. No tocante a esse serviço, o percentual dos domicílios capixabas está 2 pontos percentuais abaixo da média nacional e 8,5 pontos percentuais abaixo da média do Sudeste (Figura 16).

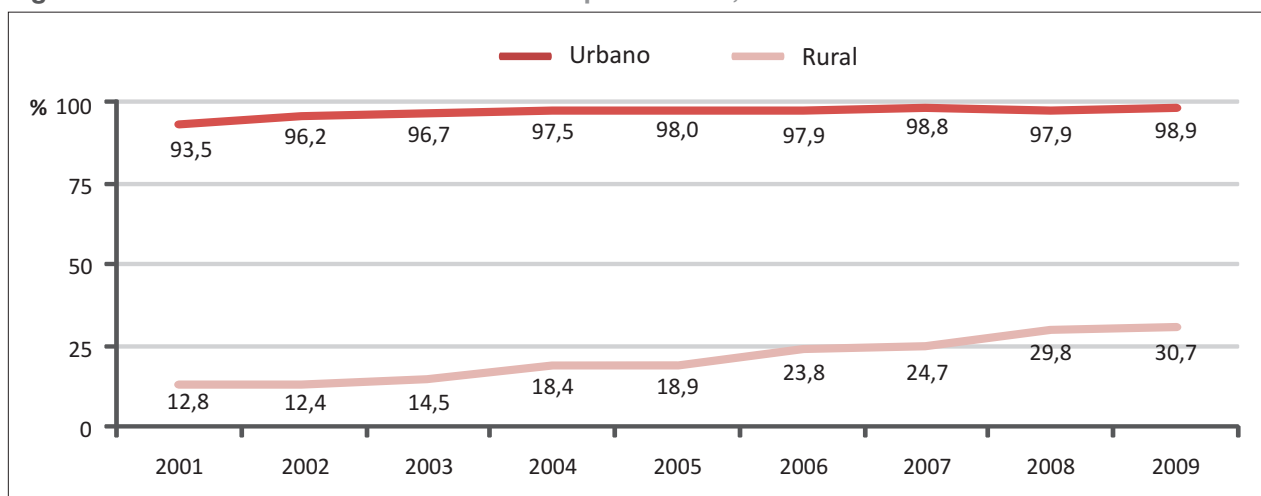
Figura 16 - Domicílios com coleta de lixo – Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: CES/IJSN.

Nas áreas urbanas do Espírito Santo, o serviço de coleta de lixo está praticamente universalizado, tendo alcançado uma cobertura de 98,9% no ano 2009. Na zona rural, a taxa de 30,7% obtida em 2009 demonstra a necessidade de expansão desse serviço. Contudo deve-se ressaltar o aumento registrado entre 2001 (12,8%) e 2009 (30,7%) da ordem de 139,8% (Figura 17). Enquanto nos municípios pequenos o serviço de coleta de lixo alcança 76,5% dos domicílios particulares permanentes, nos municípios acima de 100 mil habitantes esse valor chega a 95,2%.

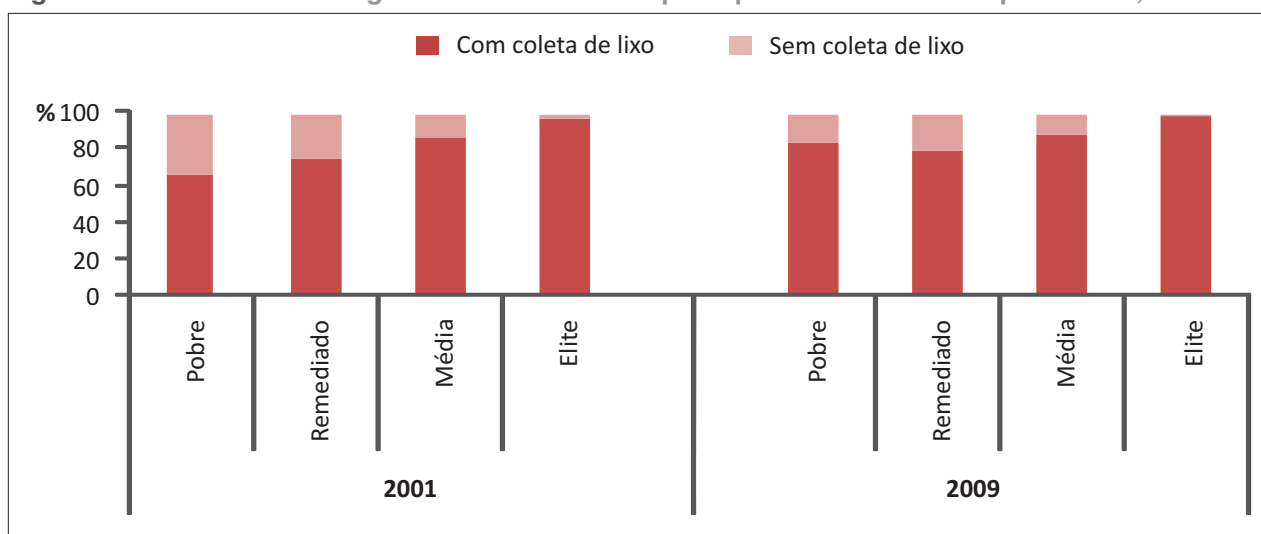
Figura 17 - Domicílios com coleta de lixo – Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: CES/IJSN.

No que se refere às diferenças por classe social, apesar da evolução geral no item, os “pobres” foram os que apresentaram maior evolução, saltando de 65,17% em 2001 para 83,64% em 2009 (Figura 18).

Figura 18 - Domicílios com esgotamento sanitário adequado por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009



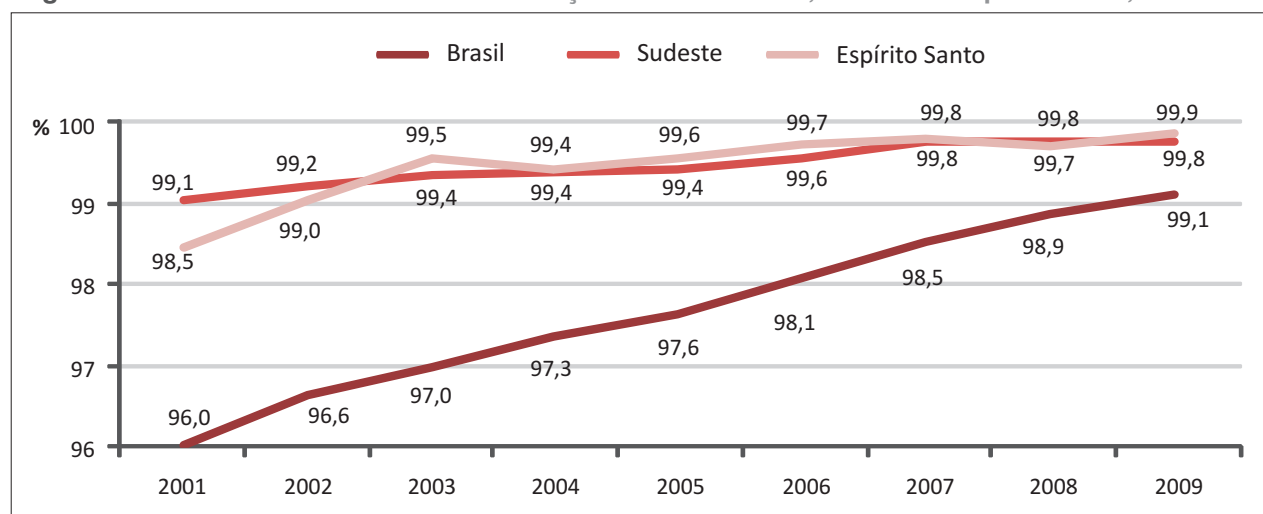
Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar/IJSN.

4. ILUMINAÇÃO ELÉTRICA, SERVIÇOS DE TELEFONIA, INTERNET E ELETRODOMÉSTICOS

Iluminação elétrica é o serviço público com maior cobertura no Brasil. Desde 2002, por meio de legislação específica², a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) adquiriu a responsabilidade de estabelecer metas de universalização dos serviços de energia elétrica no Brasil. As políticas não têm sido direcionadas somente para o setor urbano, mas também para a zona rural. O Programa Luz para todos, implementado desde 2003 pelo governo federal, estabeleceu metas audaciosas de acesso a iluminação elétrica no campo.

Os dados da PNAD confirmam resultados positivos das metas estabelecidas. O Brasil tem cobertura de 99,1%, abaixo da média da Região Sudeste de 99,8%. O Espírito Santo (99,9%) segue a mesma tendência e praticamente todos os domicílios estão sendo atendidos (Figura 19).

Figura 19 - Domicílios com acesso a iluminação elétrica – Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009

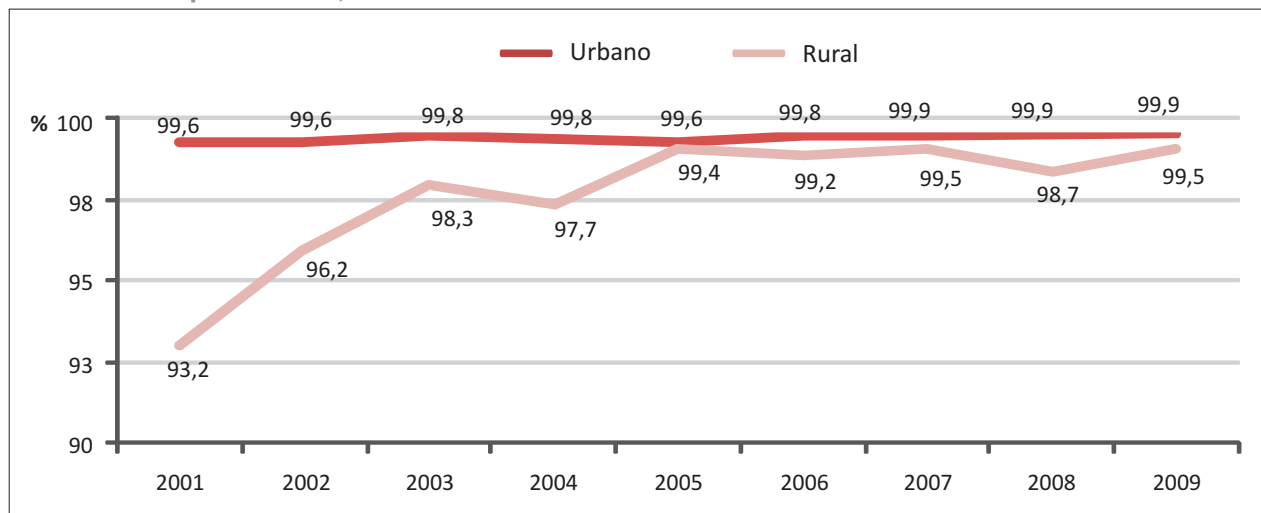


Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: CES/IJSN.

O crescimento da oferta de iluminação elétrica para a zona rural do estado observado entre os anos 2001 a 2009 (passando de 93,2% para 99,5%) foi importante para que o serviço fosse praticamente universalizado no Espírito Santo (Figura 20).

² A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterado pela Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003. Disponível no site: www.aneel.gov.br.

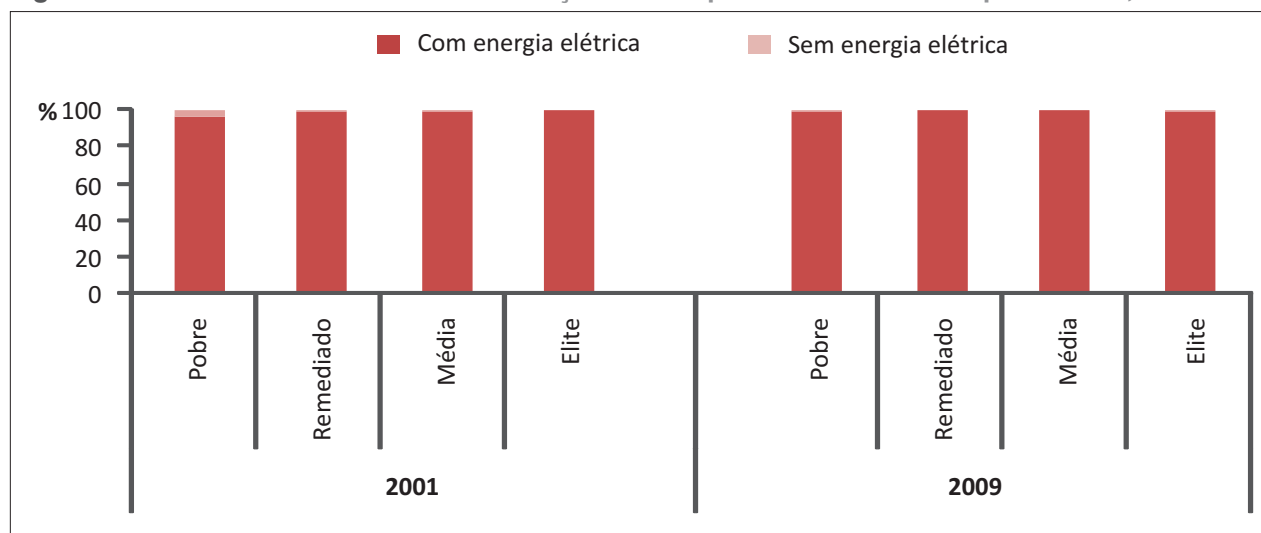
Figura 20 - Domicílios com acesso a iluminação elétrica por situação do domicílio – Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: CES/IJSN.

A universalização do serviço de fornecimento de energia elétrica é percebida também, quando analisada sua evolução por classe social (Figura 21).

Figura 21 - Domicílios com acesso a iluminação elétrica por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009

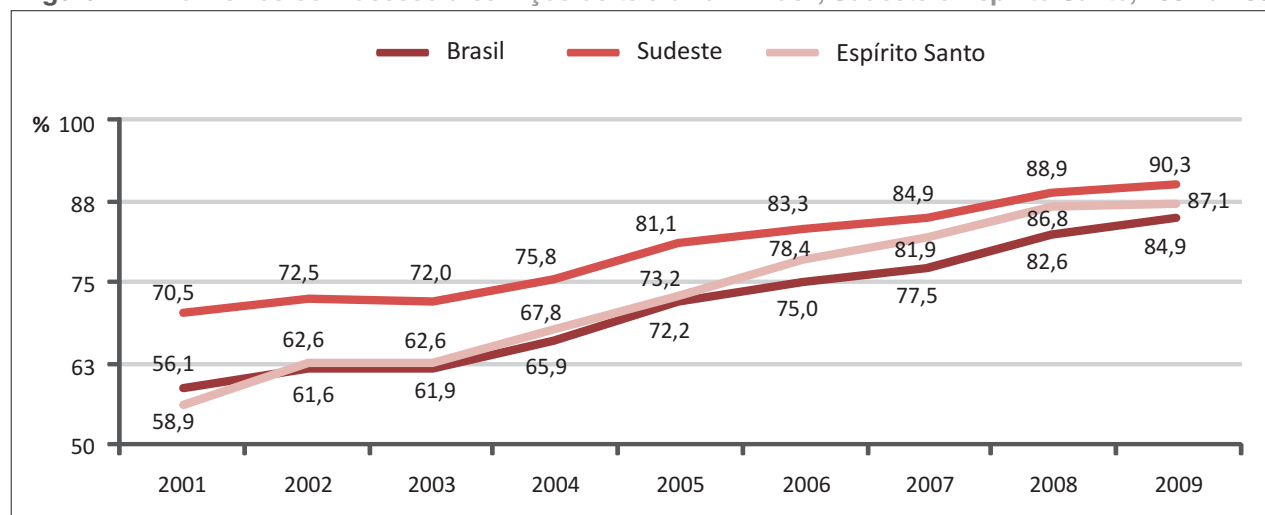


Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar/IJSN.

Os serviços de telefonia e acesso a microcomputadores com internet representaram um dos principais avanços em bens de consumo domiciliares. O acesso nos últimos anos aumentou substancialmente em todas as regiões do País.

A proporção de domicílios com acesso a serviço de telefonia aumentou substancialmente no Brasil entre 2001 e 2009. Neste período a oferta desse serviço cresceu 55,3% no Espírito Santo, 28,1% na Região Sudeste, e no Brasil o crescimento foi de 44,2% (Figura 22).

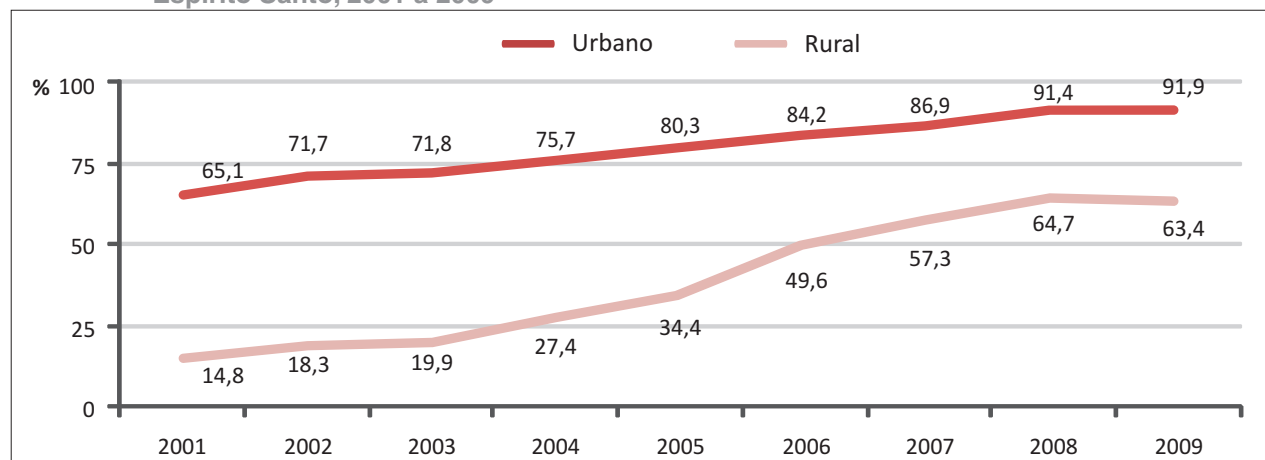
Figura 22 - Domicílios com acesso a serviços de telefonia – Brasil, Sudeste e Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: CES/IJSN.

O acesso ainda é predominantemente urbano, no entanto, o salto registrado para a zona rural entre 2001 (14,8%) e 2009 (63,4%) no Espírito Santo foi significativo e de especial relevância para os moradores desta área (Figura 23). Isso demonstra também que há um processo de convergência entre o rural e o urbano no acesso à telefonia. O mesmo ocorre com relação ao tamanho do município, verificando-se ainda uma maior cobertura para os grandes, 92,5%, enquanto para os pequenos a cobertura chegou a 79,5% dos domicílios particulares permanentes em 2009.

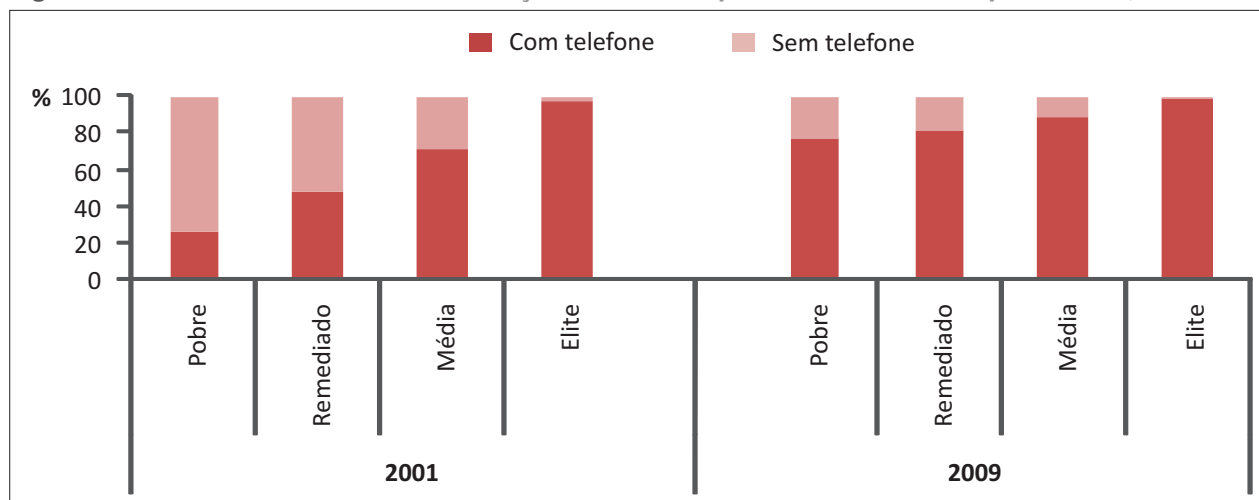
Figura 23 - Domicílios com acesso a serviços de telefonia por situação do domicílio – Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: CES/IJSN.

Para os serviços de telefonia, exceto na elite onde já era universalizado, também há uma evolução no acesso em todas as classes sociais (Figura 24). Se entre os “pobres”, no período de 2001 e 2009, há uma evolução de 25,8% para 76,4% dos domicílios com acesso à telefonia, entre os “remediados” houve um salto de 47,2% para 81,9% e a classe “média” subiu de 71% para 88,1%.

Figura 24 - Domicílios com acesso a serviços de telefonia por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009



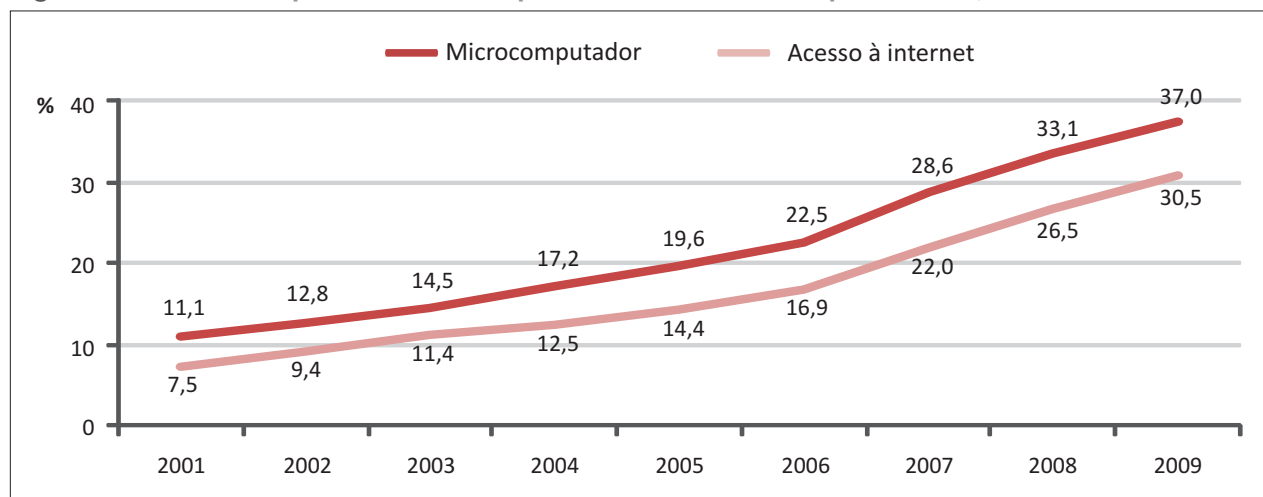
Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar/IJSN.

A PNAD também pesquisa o acesso a bens móveis como computadores e o acesso destes ao mundo virtual. Os computadores, principalmente aqueles com acesso à internet se tornaram ferramentas de uso cotidiano nos domicílios, seja em atividades de trabalho, lazer, educação e outras.

No Brasil, segundo a pesquisa, 34,7% dos lares tem computadores e 27,4% tem acesso a internet. A Região Sudeste se destaca com os maiores percentuais, 43,7% e 35,4%, respectivamente. O Espírito Santo fica acima da média brasileira (respectivamente 37% e 30,5%) e no período de 2001 a 2009, a proporção de domicílios com microcomputador apresentou crescimento de 233,3%. Já a proporção de domicílios com acesso à internet cresceu 306,7% nesse período. O crescimento foi grande, mas ainda tímido se comparado com as funcionalidades que os computadores ligados à internet desempenham (Figura 25).

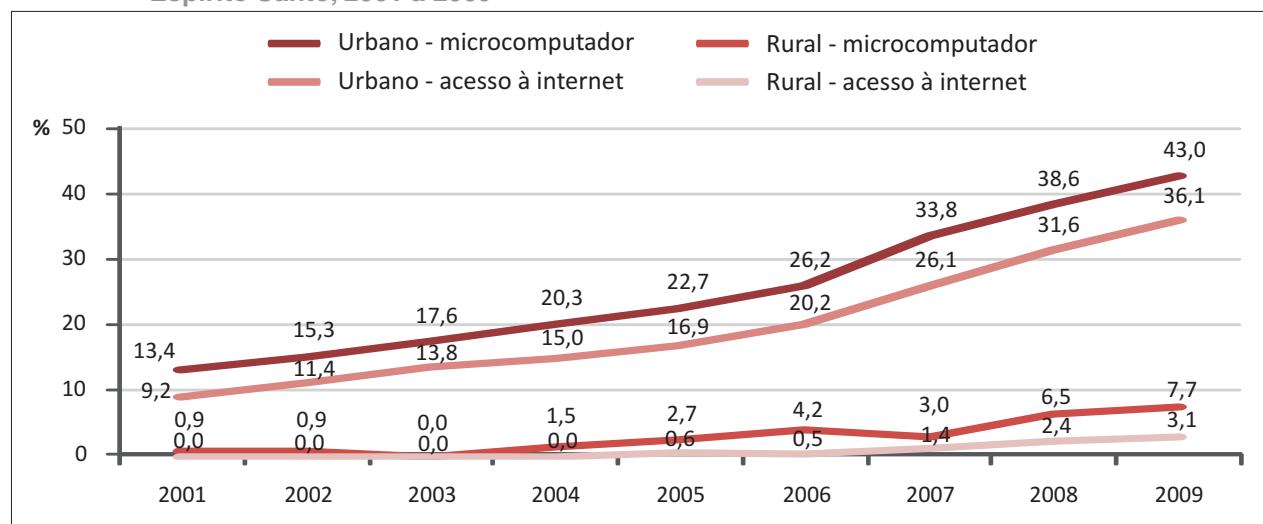
Figura 25 - Domicílios por acesso a computador e à internet – Espírito Santo, 2001 a 2009



Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: CES/IJSN.

Também é predominante a posse de computador na zona urbana, 43% dos domicílios, e acesso a internet, 36,1% dos domicílios, enquanto para a zona rural esses valores chegam a 7,7% e 3,1%, respectivamente (Figura 26).

Figura 26 - Domicílios por acesso a computador e à internet, por situação do domicílio – Espírito Santo, 2001 a 2009

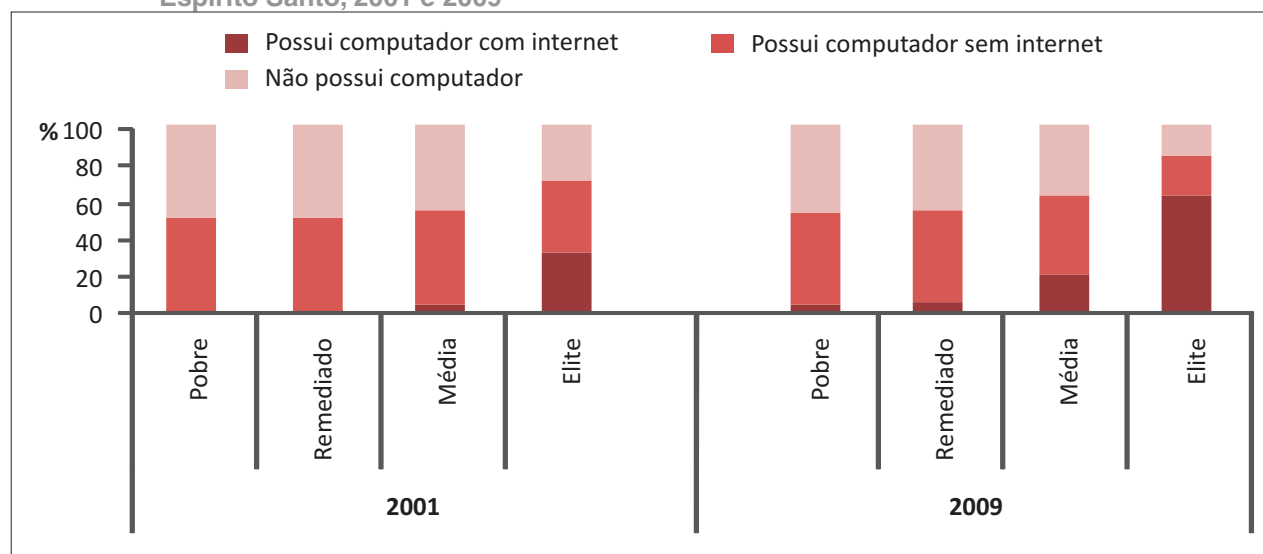


Fonte: Pnad/IBGE.
Elaboração: CES/Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar/IJSN.

Quando vislumbramos a evolução do acesso ao computador e à internet por classe social, percebe-se que, apesar do crescimento em todas as classes sociais, é nas classes “média” e “elite” que ocorre a maior concentração. Cerca de 47,4% dos domicílios da classe pobre em 2009 ainda não dispõem de computador, valor que em 2001 era de 49,8%. Assim como para a classe dos “remediados”, cujos domicílios sem acesso a computador diminuí apenas de 49,5% em 2001 para 45,8% em 2009, pode-

se afirmar uma evolução quase nula nesse quesito. Já para a classe “média”, a taxa de domicílios sem acesso a computador decai de 46,8% para 37,7% e entre a elite de 30,5% para 16,5%. Em 2001, apenas 3,7% dos domicílios de classe “média” tinha acesso à internet, enquanto na “elite” essa taxa era de 31,2%. Em 2009, esses valores saltaram para 19,5% e 62,2%, respectivamente. Se em 2001 os domicílios das classes “pobre” e “remediado” praticamente não tinham acesso à rede de internet, em 2009, 3,6% dos primeiros e 5,5% dos últimos passam a ter disponíveis tal serviço (Figura 27).

Figura 27 - Domicílios por acesso a computador e à internet por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009



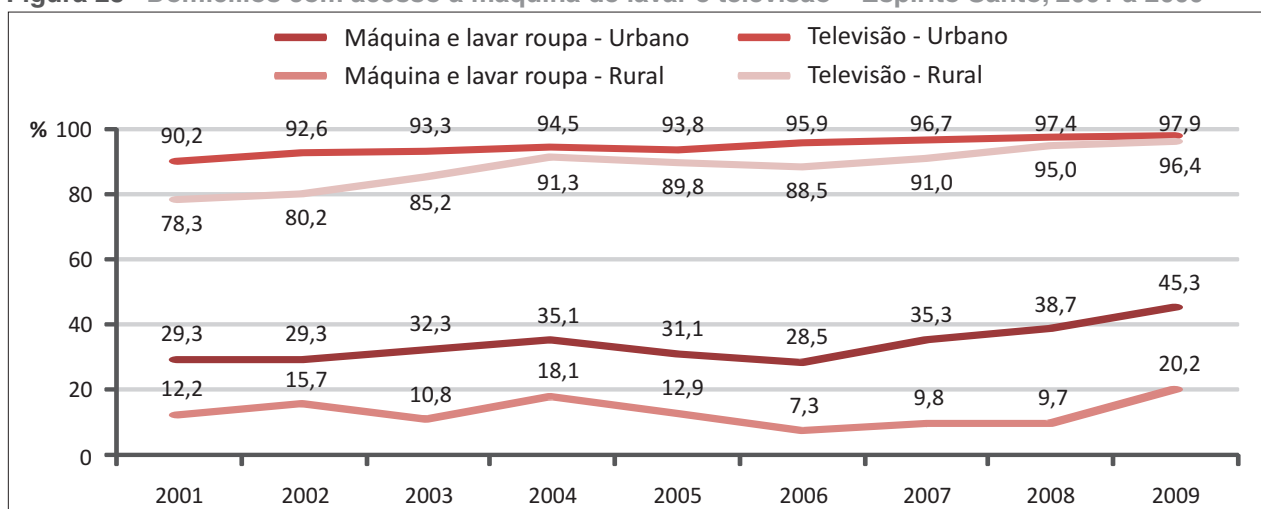
Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar/IJSN.

O acesso a outros bens móveis também parece bastante relevante quando se pode inferir o aumento do consumo das famílias. Em 2009, a renda média domiciliar per capita real da população capixaba (R\$634,00) cresceu 3,9% em relação a 2008 (R\$610,00). No período analisado (2001 a 2009) houve crescimento de 34% na renda média real para o Espírito Santo e melhorou o acesso ao crédito.

Dentre os bens pesquisados, os que tiveram maior crescimento foram: máquina de lavar roupa, televisão e geladeira (Figura 28). No caso das duas últimas há uma quase universalização no acesso, tanto no meio urbano como no rural. A máquina de lavar roupa, apesar de seu acesso ainda ser restrito, principalmente no meio rural, tem apresentado uma evolução, talvez por conta da ascensão cada vez maior da mulher no mercado de trabalho.

Figura 28 - Domicílios com acesso a máquina de lavar e televisão – Espírito Santo, 2001 a 2009

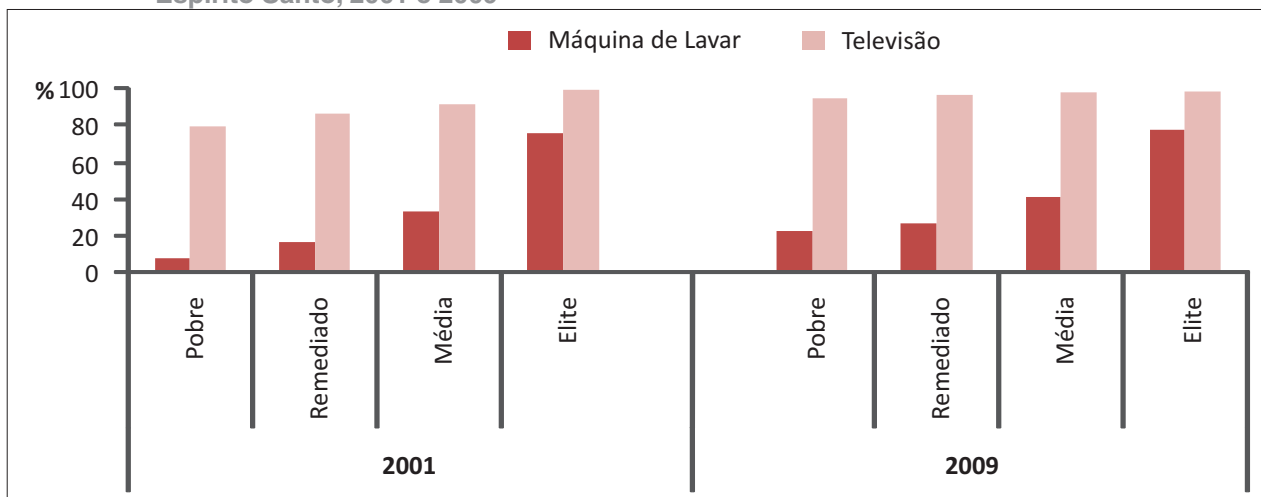


Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração: CES/Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar/IJSN.

Entre as classes sociais, apenas na “elite” não há uma evolução no acesso aos bens máquina de lavar e TV (Figura 29), mostrando uma estabilização nesta classe. A universalização no acesso à TV é reforçada na estratificação por classe social, enquanto a classe “pobre” é a que mais evoluiu no acesso à máquina de lavar, saltando de 6,9% para 21,8% dos domicílios.

Figura 29 - Domicílios com acesso a máquina de lavar e televisão por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009

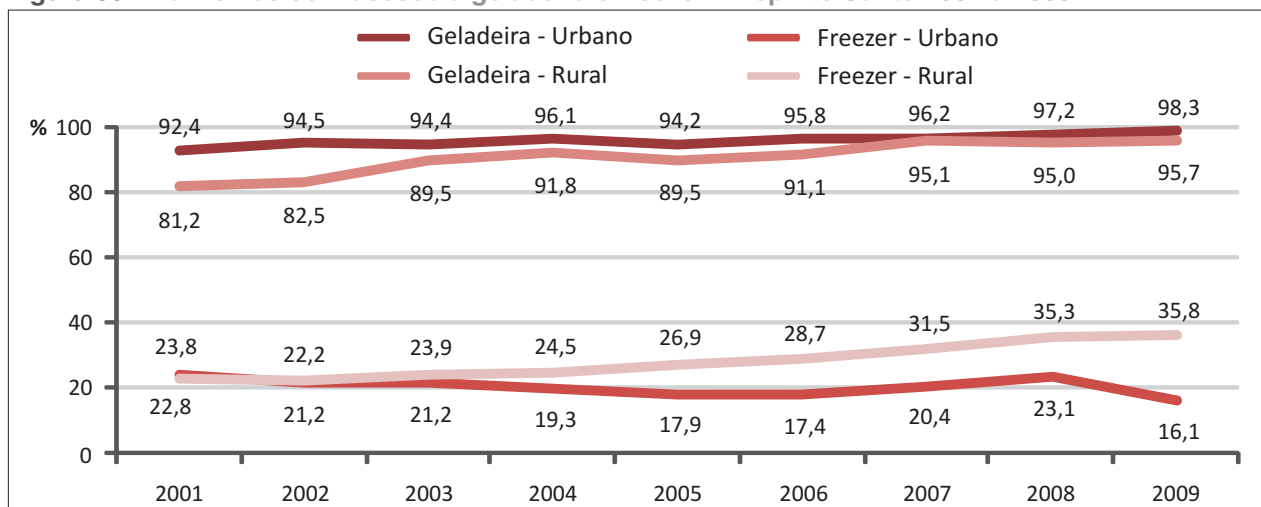


Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar/IJSN.

O acesso ao freezer, por outro lado, apresenta um comportamento bem distinto dos demais bens móveis (Figura 30). Enquanto no meio rural, o acesso ao utensílio segue evoluindo, conforme ocorre com os demais eletrodomésticos, no meio urbano há um decréscimo significativo no consumo na última década, o que pode ser explicado pela crescente estabilização da economia, o que levaria a uma necessidade cada vez menor de estocar alimentos por parte da população urbana.

Figura 30 - Domicílios com acesso a geladeira e freezer – Espírito Santo 2001 a 2009

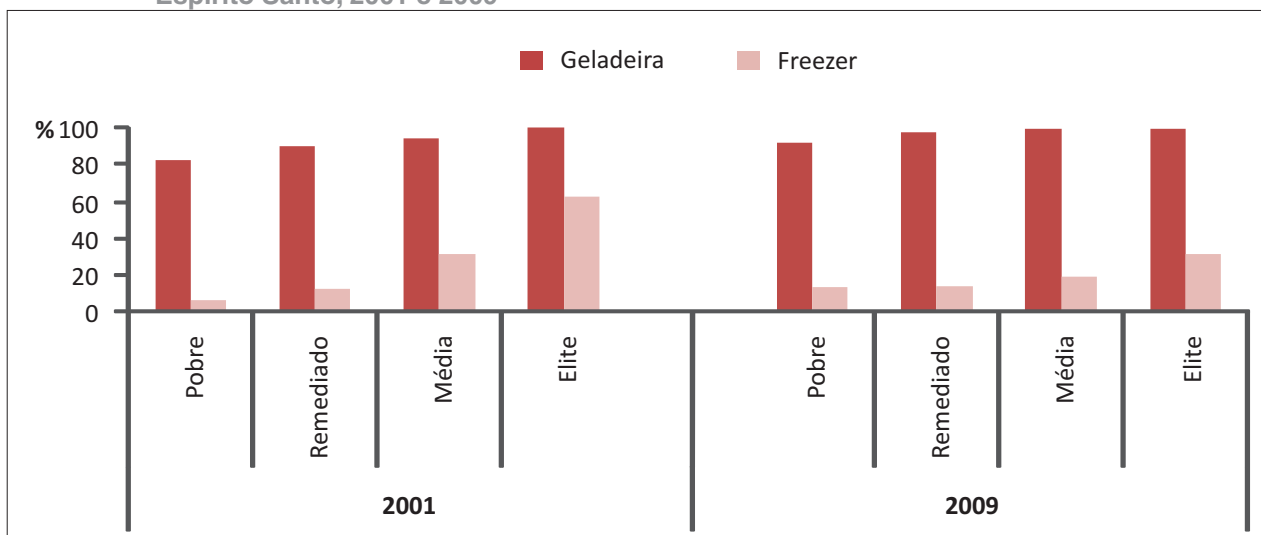


Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração: CES/Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar/IJSN.

Assim como ocorreu com a TV e máquina de lavar, o acesso ao eletrodoméstico geladeira evoluiu em todas as classes sociais, exceto na “elite”, onde houve uma estabilização. Apesar da tendência de universalização, entre os “pobres” quase 10% dos domicílios ainda não tem geladeira. Quanto ao freezer, reforça-se um comportamento diferenciado. Se entre os “pobres” e “remediados”, há uma pequena evolução no acesso, entre as classes “média” e “elite” há uma redução no acesso ao bem freezer, sendo que entre os últimos a redução é de aproximadamente 50% (Figura 31).

Figura 31 - Domicílios com acesso a geladeira e freezer por Classe social – Espírito Santo, 2001 e 2009



Fonte: Pnad/IBGE.

Elaboração: Rede de Estudos da Economia do Setor Público e do Bem-Estar/IJSN.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta Nota Técnica foram apresentados indicadores de domicílios, que assumem particular relevância por mensurar e nortear ações estratégicas do Estado quanto aos objetivos ligados à satisfação das necessidades humanas, melhoria da qualidade de vida e justiça social. Todos os indicadores de infraestrutura analisados, particularmente para o Espírito Santo, apresentaram evolução positiva entre os anos 2001 e 2009.

Os dados apontam que no Brasil, a proporção de domicílios com abastecimento de água aumentou entre os anos 2001 e 2009. Esse crescimento revela-se importante por demonstrar a expansão do serviço público de abastecimento de água, considerado essencial na melhora das condições de vida da população e com bastante impacto na saúde. Apesar da evolução positiva, percebe-se que, no meio rural, especificamente, há uma necessidade de se ampliar a rede de abastecimento de água devido a um quadro deficitário significativo (menos de 10% dos domicílios rurais com serviço de abastecimento de água) que se manteve estável na última década e que está bem aquém da média regional e nacional.

A rede coletora de esgoto e o serviço de coleta de lixo, por sua vez, apesar de um alcance também restrito na zona rural pela própria distribuição espacial dos domicílios, apresentaram uma evolução superior à média regional e nacional, o que demonstra uma grande preocupação do poder público com tais questões.

Se energia elétrica está praticamente universalizada em todo o país, também é crescente o acesso à telefonia e à internet, enquanto o acesso aos bens móveis apresenta comportamento diferenciado.

Com relação à evolução por classes sociais, percebe-se, em geral, uma melhoria significativa na situação das classes “pobre” e “remediada” e uma tendência à estabilização nas taxas das classes “média” e “elite”, principalmente desta última. Apenas no acesso à tecnologia de informática (computador e internet) a evolução maior no acesso ocorreu entre essas últimas em relação às primeiras. Os dados analisados auxiliam também na compreensão da dimensão do problema da inadequação dos domicílios (no que concerne à carência de infraestrutura) no Brasil, Região Sudeste e Espírito Santo. Consiste em um instrumento essencial para uma ação pública planejada, bem como para o monitoramento das políticas públicas. Nesse sentido, a presente nota traz elementos que ajudam a refletir sobre a evolução da oferta e do atendimento dos serviços básicos à população e, portanto, para melhor direcionar os esforços do poder público no sentido de minimizar cada vez mais o atual quadro de inadequação das moradias.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO. / FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. CENTRO DE ESTUDOS POLÍTICOS E SOCIAIS. *Déficit Habitacional no Brasil 2007*. Brasília, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. *Programa Luz Para Todos. Governo Federal. O que é o programa?* Disponível em: www.luzparatodos.mme.gov.br. Acesso em: 15 de dezembro de 2010.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. *Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010: Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos*. Brasília, 2010.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Déficit habitacional no Brasil. Relatório de pesquisa*. — Belo Horizonte: 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil*. Brasília, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Síntese de Indicadores da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009* (Nota Técnica). Rio de Janeiro, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2001 a 2009*. Rio de Janeiro, 2010.

NERI, M. C. (coordenação). *A nova classe média: O lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro, FGV, 2010. PEREIRA, J. A. R. “Saneamento em áreas urbanas” In: Pereira, J. A. R. (org). *Saneamento Ambiental em Áreas Urbanas*. Belém: UFPA, 2003. p. 23-36

RIBEIRO, Luiz C. Queiroz; CARDOSO, Adauto L; LAGO, Luciana C. *Necessidades Habitacionais: Déficit Habitacional & Inadequação Habitacional*. Rio de Janeiro: Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal, setembro de 2003. Disponível em: http://www.observatoriodasmetrolopes.ufrj.br/download/nec_hab.pdf Acesso em 20 de janeiro de 2011.

ROCHA, S. *Opções Metodológicas para a estimação de linhas de indigência e de pobreza no Brasil. Texto para discussão nº720*. Rio de Janeiro, IPEA, 2000.



NT - 24

Instituto Jones dos Santos Neves

ARIN/Editoração
Arthur Ceruti Quintanilha